

Plano de governo Carlin Prefeito

“ . . . Nós podemos muito, nós podemos mais. Vamos lá fazer o que será. . . ”
Gonzaguinha

**Contagem,
Julho de 2012**

Palavras do candidato

Nossa cidade centenária tem avançado muito nos últimos anos, mas nossa vocação para o desenvolvimento, nossa potencialidade industrial a força e capacidade dos contagenses são elementos que nos permitem avançar ainda mais. Nosso objetivo é construir uma cidade do tamanho dos nossos sonhos, assumindo os desafios do presente com um olhar para o futuro.

É preciso acelerar os passos em seu processo de desenvolvimento e modernização, criando oportunidades de trabalho, pela inovação e pelo empreendedorismo conjugados com o desenvolvimento econômico da região metropolitana.

A Contagem que construiremos será reconhecida pela qualidade do seu capital humano e social, será um centro de criatividade, produção e difusão de conhecimento em intensa conectividade com o Estado, com o Brasil e o mundo.

Será uma cidade reconhecida também pela sustentabilidade ambiental: qualidade dos recursos hídricos, preservação de áreas verdes e redução de emissões de gases poluentes. Isso resultará numa cidade limpa e organizada, resultante do fortalecimento da cidadania, do aumento substancial da coleta seletiva e do tratamento adequado da água e dos resíduos.

Continuaremos inovando e nos distinguindo como a cidade da gestão pública participativa, com forte consenso e coesão social em torno do projeto de futuro desejado e da boa qualidade das nossas instituições e políticas públicas. Contagem se integrará à construção de um futuro comum da região metropolitana, levando em conta as autonomias e diversidades das demais cidades que a compõem.

A Contagem com qualidade de vida para todos, materializar-se-á por um sistema de serviços de saúde, educação, segurança pública, transporte, assistência social, habitação e de espaços de convivência, esportes, lazer e cultura, universalizado e acessado pelo conjunto de sua população. Contará com um elevado padrão de mobilidade e acessibilidade, com um sistema de transporte público de qualidade, que permitirá o acesso rápido e econômico a qualquer ponto da cidade.

Uma cidade democrática, reconhecida pela inclusão e justiça social, pela garantia do exercício pleno da cidadania e pelo respeito à igualdade e à diversidade. Cidade bonita, boa para viver e reconhecida pelo seu ambiente urbano agradável, seguro e saudável. Buscamos, em conjunto com todos contagenses, alcançar, num futuro próximo, uma cidade humana e solidária, onde as pessoas e as relações sejam a essência de seu equilíbrio.

Apresentamos a seguir nossas propostas de governo, que, realizadas em conjunto, tornarão nossa cidade referência em qualidade de vida e gestão participativa.

Carlin Moura

1- Inclusão social como garantia de qualidade de vida

1.1 - Direitos sociais e Cidadania Plena

Pensar em qualidade de vida significa comprometer-se com um amplo processo de inclusão, garantindo a população acesso as políticas sociais necessárias para o desenvolvimento de uma cidadania plena.

Um olhar para os novos desafios da cidade centenária mostra a necessidade de dinamizar as ações que buscam qualificar a vida dos cidadãos contagenses, sendo necessário otimizar os recursos, diante da complexidade crescente dos problemas sociais, com forte integração das políticas e compartilhando ações.

É um novo posicionamento. É discutir, eticamente, o que fazer no campo dos direitos sociais e da cidadania. Precisamos ultrapassar a discussão de que a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é uma lei dos pobres. Até porque, a pobreza e a miséria não se resolvem com um conjunto de benefícios. A situação da pobreza somente poderá ser alterada quando houver vontade política efetiva do governo e da sociedade no sentido de melhor trabalho, salário, condições de vida e, efetivamente, na distribuição da renda.

Nessa direção devemos dispensar esforço singular na consolidação de um programa de caráter mais universal com transversalidade de inclusão social que atenda às famílias, dentro das áreas de maior vulnerabilidade social, nas oito regiões administrativas da cidade, articulando ações de todas as políticas sociais.

Uma cidade com inclusão e cidadania precisa materializar-se estratégias que garantam espaços onde as ações cidadãs objetivamente aconteçam. Assim, políticas específicas para as áreas de Direitos Humanos, Direitos da Mulher, Direitos da Pessoa com Deficiência, Direitos da Pessoa Idosa, Direitos da Criança e Adolescentes, Igualdade Racial, Defesa do Consumidor, Medidas Antidrogas, Diversidade Sexual, devem ser priorizadas e garantidas. A cidade que construiremos terá o desenvolvimento das pessoas e perseguir a qualidade de vida será a marca das ações da futura gestão administrativa.

1.2 - Política cultural para garantia de qualidade de vida

A cultura como elemento sustentador de uma cidade precisa carregar em sua essência uma forma participativa de construção. Essa política pública precisa afirmar-se a partir de um diálogo com artistas, produtores, gestores, conselheiros, empresários e patrocinadores considerando a cultura em seus múltiplos aspectos, valorizando as adversidades e o pluralismo de opiniões.

A política cultura de Contagem esteve sempre sob influência dos bens culturais oferecidos por Belo Horizonte. Isso representa um forte fator de não afirmação de uma identidade própria, com ausência de políticas de fomento, materializadas em construções de equipamentos, instrumentos de controle social e principalmente apropriação dos aspectos culturais próprios da cidade.

Garantir o acesso aos bens culturais às diversas camadas e segmentos da população é o eixo que norteia a política de descentralização, por meio das atividades promovidas, sobretudo, pelos Centros Culturais regionais. São espaços multiuso, com programação intensa, diversificada e continuada, que também estimulam a sociabilidade e reforçam o espírito comunitário. As premissas deles são a participação popular, e o reforço a essa política contribui para a democratização da produção cultural, do fazer artístico.

A construção de uma política de cultura se dará com participação da população através de ações inclusivas, descentralizadas, promovidas pelos centros de cultura, bibliotecas, museus, entre outros equipamentos, orientadas, ainda, para promover a universalização do atendimento. O resultado disso é um complexo que requer parcerias com a iniciativa privada, com os governos estadual e federal e principalmente um olhar de reconhecer-se por parte da comunidade.

A política de preservação e defesa do patrimônio cultural de Contagem, mesmo com êxitos, necessita reforço em sua estrutura, por traduzir-se em estratégias de promoção, documentação, valorização e ampliação do conjunto de bens materiais e imateriais do município para os diferentes segmentos da população, além da ação legal do tombamento.

A Lei Municipal de Incentivo à Cultura (Incentivo Fiscal e Fundo Municipal de Cultura) é o elemento determinante

para o desenvolvimento cultural da cidade. É a Lei garantirá recursos exclusivos para o desenvolvimento da política. Associado a isso o dinamização do Fundo Municipal de Cultura e a criação de uma secretaria própria garantirão os avanços necessários ao setor.

2 - Segurança Pública para qualidade de vida

Em nossa concepção a segurança pública precisa ir além da política de combate à criminalidade e da atividade meramente policial. A segurança pública, enquanto atividade desenvolvida pelo Estado, é responsável por realizar ações de repressão e estimular que os cidadãos possam conviver, trabalhar, produzir e se divertir, protegendo-os dos riscos a que estão expostos. O processo se inicia pela prevenção e finda na reparação do dano, no tratamento das causas e na reinclusão na sociedade do autor do ilícito.

Somos chamados a desenvolver políticas inteligentes e ampliar investimentos principalmente no aspecto da prevenção, adotando novas soluções tanto no quadro jurídico e institucional como no operacional que estejam à altura da sofisticação da criminalidade. Não se pode sustentar em políticas de combate à criminalidade deficitária e que não atingem o bem comum, em procedimentos lentos e sem eficácia, pois não configuram respeito aos direitos fundamentais.

A criação da Guarda Municipal e da Secretaria Municipal de Defesa Social se destaca entre essas ações em benefício da tranquilidade pública. A Guarda Municipal tem reflexos positivo no aspecto da segurança pública, em especial na cobertura dos equipamentos públicos, mas tem ficado aquém da necessidade, considerando o pequeno efetivo e a insuficiência de estrutura. Além dos investimentos não serem adequados às tarefas desempenhadas pela Guarda Municipal ainda há uma perda de guardas após serem treinados para municípios vizinhos como BH e Betim que oferecem salários melhores.

A política de segurança em Contagem precisa avançar para atender as necessidades de uma cidade metropolitana. Os dados oficiais ainda indicam Contagem com um alto índice de violência, ao passo que o investimento ainda é bastante inferior, se comparado às demais cidades da RMBH. Ações que conjuguem uma parceria efetiva entre poder público, sociedade civil e atores metropolitanos se colocam cada vez mais na ordem do dia.

As propostas nesse campo, buscam avançar os programas hoje desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Defesa Social, intensificar as parcerias já consolidadas e implantar novos programas, que dinamizem todas as interfaces da sociedade, numa conjunção de políticas que visem a construção de uma cidade segura.

3- Saúde integrada, universal e gestão qualificada

Das muitas demandas da população em geral, a saúde é um dos maiores desafios que temos a enfrentar. Essa não é uma realidade apenas em Contagem, mas de grande parte das cidades brasileiras. Resultado de uma deficiência histórica que se acumula, na medida em que o país se desenvolve, urbaniza-se e forma metrópoles, que atualmente concentram aproximadamente 80% da população do país. Também fez parte desse processo o desenvolvimento de doenças ligadas ao mundo do trabalho, a ausência de saneamento básico adequado e a alimentação com alto teor de agrotóxicos e produtos industrializados.

Por sua complexidade e alcance a política de saúde exige a participação ativa de todos os sujeitos envolvidos na sua produção (usuários, movimentos sociais, trabalhadores da saúde, gestores, entidade de representação dos trabalhadores e da sociedade civil), análise e execução de ações que visem à melhoria da qualidade de vida. Compreendemos, portanto, que a promoção da saúde é uma estratégia de articulação transversal na qual se confere visibilidade aos fatores que colocam a saúde da população em risco e às diferenças entre necessidades, territórios e culturas presentes em nossa cidade.

Assegurar o acesso universal e igualitário dos cidadãos aos serviços de saúde será a meta síntese de nossa gestão. Queremos também participação dos atores envolvidos, sobretudo os trabalhadores na saúde, na formulação de políticas que operem na redução dos riscos de adoecer. O trabalho em rede, com a sociedade civil organizada, favorece que o planejamento das ações em saúde esteja mais vinculado às necessidades percebidas e vivenciadas pela população nos diferentes territórios e garante a sustentabilidade dos processos de intervenção.

As ações devem estar no contexto da integralidade que implica, além da articulação e sintonia entre as estratégias de produção da saúde, a ampliação da escuta dos trabalhadores e serviços de saúde na relação com os usuários, quer individual e/ou coletivamente, de modo a deslocar a atenção da perspectiva estrita do seu adoecimento e dos seus sintomas para o acolhimento de sua história, de suas condições de vida e de suas necessidades, respeitando e considerando suas especificidades e suas potencialidades, tornando o processo de atendimento mais humanizado.

E inegável que nossa cidade deu um salto no último período nas políticas de saúde, mas a realidade do município impõe a necessidade de dar passos mais ousados, sobretudo no que diz respeito à gestão dos recursos investidos e no diálogo com os trabalhadores deste segmento. Ainda que o muito seja investido, na média metropolitana, de acordo com dados do IBGE é o 31º investimento per capita, por isso, quando mensurada em pesquisas a Saúde ainda é indicada pela população como o principal problema.

A conjunção de ações indicadas na análise acima nos possibilitará avançar, prioritariamente, em alguns pontos críticos, a saber:

- Um modelo moderno, eficiente e participativo de gestão dos recursos públicos aplicados, permitindo maior qualidade no serviço;
- O *déficit* de qualidade no atendimento, gerado pela ampliação da rede de serviços e da demanda objetiva;
- Garantir a totalidade de cobertura do Programa Saúde da Família, priorizando mecanismos coletivos que aproximem o serviço de saúde do cidadão, além de garantir maior eficácia na prevenção de doenças;
- A existência de deficiências no atendimento da urgência e emergência, sobretudo nas portas de entrada;
- *Déficit* no quantitativo de leitos e de oferta de especialidades cirúrgicas programadas.
- A necessidade de readequação física das unidades de saúde.
- A necessidade de aperfeiçoamento do sistema de atenção especializada, com ênfase na reabilitação;
- Elaboração de uma política de saúde metropolitana, uma vez que a rede de saúde de Contagem atende população dos municípios vizinhos.

4 - Educação universal e de qualidade

As transformações vivenciadas no Brasil nos últimos anos inseriram a "educação de qualidade" para todos nas principais reivindicações da sociedade. O lema "todos na escola" evoluiu para "todos aprendendo". Essas transformações profundas impuseram à escola pública a ampliação de suas funções sociais, culturais, comunitárias, muito além da visão tradicional. A educação baseada em princípios democráticos e de justiça social passou a ser associada à formação da cidadania, à expansão do convívio social, à cultura, a prática de esportes, às artes, ao lazer e à saúde.

A política educacional em Contagem necessita de efetiva democratização em sua construção. Desafios como a erradicação do analfabetismo, elaboração de projetos focados para pessoas em situação de vulnerabilidade social, priorizar políticas para o público de jovens e adultos, avançar no processo da escola integrada, incentivo para formação dos professores, valorização da educação para portadores de necessidades especiais precisam ser assumidos e enfrentados.

A Educação Infantil requer um aumento contínuo de vagas, o que, por sua vez, gera impacto de médio e longo prazo na qualidade do ensino, por ser a fase de maior desenvolvimento cognitivo, além de possibilitar condições objetivas para valorização de um tecido social representado pela mulher trabalhadora.

Contagem possui uma singularidade em seu processo educacional, principalmente no que diz respeito ao ensino médio. A FUNEC, criada a partir de uma visão populista, transformou-se num instrumento indispensável à formação da juventude, qualificando milhares de jovens na cidade, no entanto, na atual gestão, transformou-se num problema de ordem orçamentária, passando por um processo de desconstrução e que necessita ser reafirmada. Associado a isso, é preciso ampliar o diálogo cada vez mais com o governo do Estado, principalmente no que diz respeito às políticas voltadas para o ensino médio na rede pública.

A educação de Jovens e Adultos merece atenção especial, já que é uma política fundamental para a juventude em processo de inserção no mercado de trabalho. É necessário priorizar, esta política que se associa também a redução do analfabetismo na idade não escolar.

5- Esporte e Lazer - do direito reconhecido a efetividade da cidadania

A cidade que queremos terá o esporte e o lazer como fator determinante para qualidade de vida. Uma cidade com espaços públicos acolhedores, de encontros e vivência coletiva que assegure aos cidadãos o direito pleno ao esporte e ao lazer.

As diretrizes do planejamento estratégico da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer serão constituídas em diálogo com os avanços ocorridos no Brasil no último período, revelando a prática esportiva como elemento indispensável ao desenvolvimento econômico e social. Nessa sintonia um olhar estratégico nos permitirá transformar Contagem na cidade metropolitana da prática de esporte e lazer como instrumento de inclusão social, promoção da qualidade de vida e garantia dos direitos.

É necessário, para garantir resultados de longo alcance, democratizar a elaboração da política, envolvendo e valorizando a participação de todos os segmentos afins da sociedade contagense. Além de avançar nos mecanismos de controle e investimentos necessários para a construção de uma política diferenciada e contextualizada às realidades locais das 08 regionais, priorizando-se as áreas de maior vulnerabilidade social.

Modernizar os equipamentos de esporte e lazer na cidade é uma condição básica para garantia da efetivação das políticas estabelecidas no planejamento estratégico. Isso requer um conjunto de ações articuladas que garantam, além do padrão de qualidade na construção, a adequação para determinadas atividades específicas e uma política de ocupação que permita uma gestão compartilhada e autosustentável que qualifique esses espaços com uma visão de futuro.

A ampliação dos recursos para o esporte e lazer é crucial para garantir o seu desenvolvimento. Assim propõe-se que discuta meios para materializar a vinculação do esporte e lazer nos orçamentos, além de concretizar a democratização na distribuição desses recursos.

6- Desenvolvimento Econômico com Sustentabilidade

6.1- Por uma industrialização que gera qualidade de vida

Combinar desenvolvimento econômico com qualidade de vida e crescimento sustentável não é tarefa fácil. Para dar conta desse desafio é central retomar nossa vocação industrial, incentivando os **pólos** existentes e criando um ambiente propício e acolhedor para novos investimentos, associado ao compromisso coletivo e permanente com a sustentabilidade.

Nossa cidade cumpre importante papel na industrialização de Minas Gerais. Formamos, juntamente com a região do Barreiro (Belo Horizonte), polo industrial de produtos com alto valor agregado, e as cidades de Ibirité e Betim, sede da indústria petroquímica e automobilística, um polo industrial chamado de “Vetor Oeste da Região Metropolitana”. Além disso, a facilidade de acesso, com cruzamento de três grandes rodovias federais (BR040, BR381 e BR262), e uma diversidade no setor de serviços nos coloca o desafio de liderar o crescimento econômico do estado.

A industrialização é um dos fatores determinante para aumento da receita municipal, geração de empregos e, consequentemente, maior investimento em políticas públicas que garantirão, em seu conjunto, melhoria na qualidade de vida dos cidadãos, mostrando que é possível avançar, realizando ações que sejam também transformadoras da sociedade.

Outro fator que poderá contribuir no desenvolvimento econômico da cidade é a eliminação de entraves legais e administrativos de estímulo ao desenvolvimento local. Essas ações ajudam a liberar o potencial de iniciativa dos cidadãos mais pobres, evitando que a iniciativa econômica seja monopólio daqueles que podem assumir os custos gerados pelas restrições legais e administrativas. A estrutura administrativa do município pode eliminar e simplificar procedimentos para abertura de pequenas empresas.

Crescer o produto e a renda de uma cidade como essa, em processo sustentado e sustentável, mas com inclusão tem que ser meta principal de qualquer gestão que tenha um olhar efetivo para o desenvolvimento com distribuição de renda. Reduzir os níveis de pobreza e de desigualdade, com respeito ao meio ambiente e com melhoria da qualidade de vida, são os maiores desafios na tarefa de governar Contagem.

6.2- Inclusão social e produtiva

O desenvolvimento de uma cidade com perspectivas futuras, nas atuais condições da economia e da sociedade brasileiras, não pode ser analisado sem que se coloque o problema da necessidade da geração de emprego e renda.

Geração de emprego e renda possui outra dimensão que a precede, ou no mínimo caminha paralelamente, que é a formação e qualificação da mão de obra. Além da provisão de ensino formal, oferecer um conjunto coerente de cursos práticos que permitam aos cidadãos excluídos assumirem uma ocupação que lhes garanta um modo de vida digno é uma iniciativa que pode ser bastante eficaz.

Os governos locais têm um papel importante no estímulo a formas de organização da produção alternativas à empresa capitalista. A organização comunitária da produção pode ser orientada para que se atinja profissionalismo e aumento da produção. Uma política de incentivos para criação de cooperativas e um permanente trabalho com os grupos de Economia Popular Solidária deve ser permanente.

A prosperidade que buscamos só será possível se, ao trabalho de inclusão social, sempre presente e permanente, somarmos a geração de emprego e renda, pela via do investimento privado em Contagem, gerando milhares de novos empregos. Daí a importância de sermos capazes de atrair novos empreendedores para a cidade. Parcerias com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais(FIEMG) e o Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas(SEBRAE – MG),assim como os governos estadual e federal é fundamental para agregar recursos e desenvolver as potencialidades econômicas da cidade.

6.3 – Cidade hospitaleira

Contagem precisa priorizar uma política de desenvolvimento turístico que considere suas potencialidades e atrativos existentes. A criação de equipamentos com capacidade de atração grandes eventos, o incentivo para implantação de novos grupos hoteleiros, e a construção do Centro Municipal de Convenções devem ser prioridades

A relação entre as políticas de cultura e turismo deve ser permanente. Priorizar a oferta de atividades e eventos culturais faz circular maior número de pessoas na cidade. Ter uma agenda única que reforce nossos atrativos culturais e nossa potencialidade em receber eventos e atividades de grande porte acena como uma prerrogativa simples e urgente.

Finalmente, no sentido de democratizar e coletivizar a tarefa turística da cidade, é necessária a constituição de um conselho propositivo formado por atores institucionais e todas as organizações da iniciativa privada para o desenvolvimento de projetos de longo alcance.

7- Cidade compartilhada: gestão eficiente e participação cidadã

7.1 – A Participação Popular como um princípio da gestão

A participação popular é um importante instrumento democrático que faz com que haja maior dinâmica na participação, principalmente no âmbito local. O campo mais propício para a efetiva participação popular é a gestão municipal. Entendemos que a participação, não deve ser apenas um discurso, é preciso ser um princípio, um desafio permanente a ser alcançado. A participação efetiva dos cidadãos na gestão propicia uma nova relação entre o Estado e a sociedade, onde a cidadania ativa se transforma no elemento condicionante para o estabelecimento das leis, políticas e instrumentos inerentes às funções de governo e administração.

A efetividade da participação cidadã em Contagem requer a construção de espaços de que atravessem a estrutura organizacional da Prefeitura em seus diversos âmbitos, setoriais e temáticos, e que se **volte** para os diversos papéis e focos: participação no orçamento, formulação, implementação, acompanhamento das políticas, programas ou projetos e controle público. Os Conselhos precisam ter uma efetividade na condução das políticas do município,logo precisam estar consolidados, assumindo papel central na formulação e articulando as conferências municipais de cunho setorial.

Uma grande conquista para cidade no âmbito da participação é o Orçamento Participativo (OP), cuja implantação, simbolizou a mudança no modo político de governar a cidade. Essa conquista deve ser mantida e ampliada, já que sua execução envolveu parcela pequena da população, o que não configura de forma efetiva, o universo populacional nas decisões sobre uma parcela dos investimentos dos serviços públicos a serem executados.

A contagem do futuro que ousamos construir carregará em sua essência a participação cidadã, com espaços e instrumentos de participação garantidos na relação cidadão-poder público. Garantir participação cidadã e efetivação da cidadania é acima de tudo reconhecimento enquanto sujeitos urbanos, construtores de políticas de afirmação de qualidade de vida, de direitos efetivados, de atores coletivos capazes de criticamente compreenderem os problemas de seu tempo histórico e intervirem criadoramente para qualificar a cidade para as futuras gerações.

7.2 - Gestão em diálogo com os trabalhadores

Uma prestação de serviços públicos eficientes e qualidade da gestão dos governos, não acontece sem a presença dos trabalhadores. São os servidores que constroem a cidade, que se comprometem com a execução das políticas públicas. Desse modo, é fundamental que se estabeleça uma relação dialogada entre o governante e os servidores de modo a garantir uma execução qualificada dos serviços, assim como gerar confiança política.

Uma gestão que se pretende democrática, inclusiva e cidadã deve estar atenta à necessidade de valorização de seus trabalhadores. É preciso garantir uma política permanente de valorização profissional, espaços de diálogo, e estabelecer mecanismos humanizados que garantam a participação direta e critérios de diálogo com órgãos de representação dos trabalhadores.

As áreas de Saúde e Educação que apresentam maior contingente de servidores devem ter critérios de diálogo que respeitem suas especificidades sem deixar de considerar os princípios norteadores da gestão.

7.3- Transparência na gestão pública

Prestar contas dos recursos públicos utilizados para as políticas públicas municipais é um objetivo constante a ser perseguido. A ampliação da divulgação das ações governamentais, além de contribuir para o fortalecimento da democracia, prestígio e desenvolve as noções de cidadania.

A disponibilização das informações deve estar aliada a uma política incentivadora de acesso aos dados e garantir um modelo detalhado informando, além das totalizações de entradas e saídas a execução orçamentária, licitações, contratações, convênios, diárias e passagens e gastos por área de atuação do governo municipal.

Além da disponibilização de dados na internet, deve se priorizar atividades itinerantes de prestação de contas anuais e elaboração de material em linguagem acessível de modo que a população consiga acessar os dados unidos das informações necessárias para compreensão dos dados.

8 - Soluções metropolitanas para problemas metropolitanos

8.1 - Mobilidade Urbana: coletivizar o espaço urbano, garantir a qualidade de vida

Para uma política justa de mobilidade urbana é preciso um reordenamento das prioridades do planejamento urbano, revendo a ocupação do espaço da cidade, buscando condições de uma cidade sustentável, gestada a partir de políticas que proporcionem o acesso amplo e democrático ao espaço urbano.

Contagem, assim como toda grande metrópole, tem enfrentado, ao longo dos últimos anos, um crescimento desordenado de sua frota de veículos, associado a uma estrutura viária insuficiente para atendimento da demanda e um transporte público ineficaz. A frota de veículos registrada na cidade, segundo informações da Transcon, chega a 262 mil veículos o que corresponde a uma média de 43 veículos para cada 100 habitantes, ou seja, quase metade da população contagense.

A localização privilegiada com contorno de três rodovias federais e um grande número de serviço de transportadoras absorve veículos que se destinam para outras cidades e estados. Existe também um fator de ordem metropolitana já que cidade é rota de passagem para linhas de transporte público, com destino a Belo Horizonte.

Um compromisso com políticas de mobilidade deve priorizar um transporte coletivo e de massas que garanta qualidade no deslocamento da população e vias de acesso que responda ao aumento da frota de veículos. A expansão do metrô até Betim garantirá a cidade duas novas estações: Novo Eldorado e o Bernardo Monteiro. O debate com governo estadual, federal e as prefeituras do entorno na busca de soluções metropolitanas deve ser um desafio permanente com o qual a futura gestão deve se comprometer.

Como é sabida a opção pelo transporte individual esta associada a uma série de fatores que vão desde o insuficiente sistema público de transporte até uma cultura do individualismo presente no modo de organização da sociedade capitalista. É preciso conceber as cidades como espaço de apropriação pública e coletiva e não de forma privada. Somente assim, construiremos um modelo de mobilidade urbana que garanta a vida e sua qualidade.

8.2 - Desenvolvimento urbano planejado e compartilhado

O desenvolvimento urbano de Contagem, sob um prisma mais amplo, deve considerar que seu planejamento estratégico é parte integrante da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A interligação com várias cidades e interdependência entre elas é um fator determinante para pensar políticas urbanas de longo prazo. Buscar soluções coletivas com benefício para o conjunto das cidades deve ser prioridade na elaboração das políticas locais.

Na perspectiva urbana, Contagem pagou um alto preço pelo seu processo de desenvolvimento. O crescimento desordenado facilitou ocupações ilegais e loteamentos irregulares, gerando extensas áreas muito adensadas e insalubres, sem infraestrutura básica de saneamento, com poucas áreas preservadas e grandes dificuldades para a intervenção do serviço público. Mesmo na cidade considerada “formal”, que se desenvolveu à sombra da legislação, o crescimento acelerado e pouco planejado gerou o uso inadequado de espaços públicos. Desse modo as obras de intervenção em área de risco e a urbanização das Vilas e Favelas ganham importância. No entanto, tais intervenções deve se pautar em um processo dialogado com as populações que ali residem.

O dinâmico crescimento da cidade e a crescente consciência sobre os problemas da sustentabilidade nos impõe novos desafios. A sustentabilidade ambiental do processo de desenvolvimento de Contagem nos próximos anos tem que encarar desafios urgente como a melhoria da qualidade dos recursos hídricos, ampliação substancial do índice de esgoto tratado, preservação e revitalização das nascentes e cursos d'água, destinação e tratamento adequados aos resíduos, ampliação da coleta seletiva e utilização de energia renovável no sistema de transporte.

Ao exercer esse papel, o poder público municipal será capaz de atrair o apoio e o engajamento de outros setores da sociedade, dado que é coletiva a vontade de se construir uma cidade saudável, economicamente dinâmica e ambientalmente sustentável.

